

## **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A AgeRio**

Relatório do auditor independente sobre as  
demonstrações contábeis - Conglomerado  
Prudencial

**Referente ao exercício findo em 31 de dezembro  
de 2019**



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

**Aos  
Diretores e aos Acionistas da  
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A - AgeRio  
Rio de Janeiro – RJ**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. (“Agência” ou “AgeRio”)**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e outras notas explicativas. Essas demonstrações contábeis de propósito especiais foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa n.º 2.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial da Agência em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280/2013 do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especiais, conforme descrito na nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Agência e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



## Ênfase

### **Base de elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações contábeis que divulga que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial da Agência foram elaboradas pela Administração da Agência para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares da Agência.

Conseqüentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

## Outros assuntos

### **Demonstrações contábeis individuais**

A AgeRio elaborou um conjunto completo de demonstrações contábeis individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório separado, não contendo qualquer modificação, com data de 11 de março de 2020.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas - Conglomerado Prudencial**

A administração da Agência é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280/2013, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na nota explicativa n.º2, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Agência de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Agência e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.





# Russell Bedford

taking you further

Os responsáveis pela administração da Agência e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas- Conglomerado Prudencial**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução CMN nº 4.280/2013, e regulamentações complementares do BCB, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Agência e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade



**Russell Bedford**

*taking you further*

operacional da Agência e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Agência e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de março de 2020.

RUSSELL BEDFORD BRASIL  
AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

  
Luciano Gomes dos Santos  
Contador 1 CRC RS 59.628/O-2  
Sócio Responsável Técnico

**AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A**  
CNPJ:05.940.203/0001-81

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

ATIVO	R\$ mil		PASSIVO	R\$ mil	
	2019	2018		2019	2018
<b>CIRCULANTE</b>	<b>297.711</b>	<b>93.517</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>46.547</b>	<b>36.910</b>
DISPONIBILIDADES	38	5	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	11	18.512
Caixa	2	1	BNDES	6.023	9.177
Bancos	36	4	Finame	1.489	2.529
			FINEP	11.000	8.678
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5	27.181			
Letras do Tesouro Nacional	201.728	25.799	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	1	1
Instrumentos Financeiros Derivativos	9	1	Instrumentos Financeiros Derivativos	1	1
LFT	10.472				
Vinculados à Prestação de Garantias	-		OUTRAS OBRIGAÇÕES	12	28.033
Cotas de Fundos de Investimentos	13.917	1.381	Cobrança e Arrecadação de Tributos Sociais e Estatutárias	7.200	2.700
			Fiscais e Previdenciárias	1.980	1.668
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	35.944	Diversas	18.853	12.150
Operações de Crédito	56.542	43.413			
- Setor Privado	51.860	38.264	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>47.123</b>	<b>48.906</b>
- Setor Público	4.682	5.149	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	11	47.123
( Provisão para Operações de Crédito)	(11.783)	(7.469)	BNDES	5.772	11.653
OUTROS CRÉDITOS	7	7.139	Finame	1.670	3.157
Diversos	4.225	7.139	FINEP	39.681	34.096
OUTROS VALORES E BENS	8	23.248	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>13</b>	<b>474.797</b>
Bens não de Uso Próprio	28.729	29.029	CAPITAL SOCIAL	468.949	468.948
Impairment de Bens não de Uso	(6.664)	(6.218)	Capital Social	468.949	468.948
Despesas Antecipadas	499	437	Aumento de Capital	-	-
			RESERVAS DE LUCROS	5.848	3.144
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>259.448</b>	<b>450.724</b>			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5	353.810			
Aplicações no Mercado Aberto	83.735	230.626			
LFT	48.693	95.941			
Vinculados à Prestação de Garantias	-	494			
Cotas de Fundo em Empresas	523	-			
Cotas de Fundos em Participação	34.110	26.448			
Cotas dos Fundos Garantidores	410	301			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	96.914			
Operações de Crédito	197.608	122.030			
- Setor Privado	183.517	107.887			
- Setor Público	14.091	14.143			
( Provisão para Operações de Crédito)	(21.895)	(25.116)			
<b>PERMANENTE</b>	<b>11.308</b>	<b>13.667</b>			
IMOBILIZADO DE USO	9	4.372			
Edificações	8.865	8.865			
Instalações	6	6			
Móveis e Equipamentos	916	915			
Sistema de Comunicação	48	37			
Equipamento de Processamento de Dados	1.985	1.980			
Depreciações Acumuladas	(8.538)	(7.431)			
INTANGÍVEL	10	9.296			
Licença de Uso de Software	14.272	14.231			
Amortização Acumulada	(6.245)	(4.935)			
<b>TOTAL</b>	<b>568.466</b>	<b>557.908</b>	<b>TOTAL</b>	<b>568.466</b>	<b>557.908</b>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

**Presidência**  
Alexandre Rodrigues Pereira  
Presidente

**Diretoria**  
Valquíria Xavier Delmondes  
Diretora de Controladoria e Riscos

**Contador**  
Tatiane Dutra Rosa Peres  
CRC/RJ 095.058/O-8 Cpf: 086.192.197-66

**AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A**  
**CNPJ:05.940.203/0001-81**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO- CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

	<b>SEGUNDO SEMESTRE 2019</b>	<b>EXECÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2019</b>	<b>2018</b>
<b>RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<u>17.098</u>	<u>42.846</u>	<u>37.855</u>
Receita de Operações de Crédito	8.597	15.966	14.673
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	8.447	26.795	23.222
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	54	85	-40
<b>DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<u>(3.392)</u>	<u>(5.756)</u>	<u>(8.016)</u>
Despesa de Captação – Finame / BNDES	(1.192)	(2.749)	-3.487
Provisão para Operações de Crédito	(2.200)	(3.007)	-4.529
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<u>13.706</u>	<u>37.090</u>	<u>29.839</u>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<u>(12.214)</u>	<u>(25.512)</u>	<u>(24.490)</u>
Receita de Prestação de Serviços	8.048	15.173	13.221
Despesa de Pessoal	(15.053)	(29.784)	-27.574
Outras Despesas Administrativas	(4.138)	(8.289)	-8.247
Despesas Tributárias	(1.399)	(3.093)	-2.741
Outras Receitas Operacionais	396	557	939
Outras Despesas Operacionais	(68)	(76)	-89
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<u>1.492</u>	<u>11.577</u>	<u>5.349</u>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	-	(266)	1.999
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/LUCRO E PARTICIPAÇÕES</b>	1.492	11.311	7.348
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<u>673</u>	<u>(3.617)</u>	<u>(4.061)</u>
Provisão para Imposto de Renda	427	(2.219)	(2.193)
Provisão para Contribuição Social S/ o Lucro	246	(1.398)	(1.868)
<b>PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO</b>	(490)	(490)	(474)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE</b>	<u>1.675</u>	<u>7.204</u>	<u>2.814</u>
Por ação do capital social	<u>0,03</u>	<u>0,04</u>	<u>0,02</u>

**As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis**

**Presidência:**  
 Alexandre Rodrigues Pereira  
 Presidente

**Diretoria**  
 Valquíria Xavier Delmondes  
 Diretora de Controladoria e Riscos

**Contador**  
 Tatiane Dutra Rosa Peres  
 CRC/RJ 095.058/O-8 Cpf: 086.192.197-66

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A

CNPJ:05.940.203/0001-81

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS SEMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - em R\$ mil

ESPECIFICAÇÕES	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAIS
		LEGAL	OUTRAS		
SALDOS EM 30/JUN/19					-
Ajuste de Exercício Anterior					-
Aumento de Capital com Reservas					-
Aumento de Capital - Renuncia Dividendos				1.675	1.675
Lucro Líquido do Semestre					-
Destinações		84	2.344	2.428	-
Constituição de Reservas				(4.500)	(4.500)
Juros Sobre o Capital Próprio (Efeito Líquido)	468.949	2.492	3.356	0	474.797
SALDOS EM 31/DEZ/19	-	84	2.344	5.253	2.825
MUTAÇÕES DO PERÍODO	453.102	2.080	5.846	-	461.028
SALDOS EM 31/DEZ/17				247	247
Ajuste de Exercício Anterior	5.846		5.846		-
Aumento de Capital com Reservas	10.000				10.000
Aumento de Capital - Renuncia Dividendos				2.814	2.814
Lucro Líquido do Exercício					-
Destinações		52	1.012	1.064	-
Constituição de Reservas				(1.502)	(1.502)
Juros Sobre o Capital Próprio (Efeito Líquido)	468.948	2.132	1.012	0	472.092
SALDOS EM 31/DEZ/18	15.846	52	(4.834)	0	11.065
MUTAÇÕES DO PERÍODO					-
Ajuste de Exercício Anterior					-
Aumento de Capital com Reservas					-
Aumento de Capital - Renuncia Dividendos				7.204	7.204
Lucro Líquido do Exercício					-
Destinações		360	2.344	(2.704)	-
Constituição de Reservas				(4.500)	(4.500)
Juros Sobre o Capital Próprio (Efeito Líquido)	468.948	2.492	3.356	0	474.797
SALDOS EM 31/DEZ/19	-	360	2.344	-	2.704
MUTAÇÕES DO PERÍODO	15.846	308	7.178	0	8.360

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

**Presidência**  
Alexandre Rodrigues Pereira  
Presidente

**Diretoria**  
Valquíria Xavier Delmondes  
Diretoria de Controladoria, Risco e Compliance

**Contador**  
Tatiane Dutra Rosa Peres  
CRC/RJ 095.058/O-8 Cpf: 086.192.197-66

**AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.**

CNPJ:05.940.203/0001-81

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS (MÉTODO INDIRETO)**

	R\$ mil		
	SEGUNDO SEMESTRE/2019	EXERCÍCIO FINDO 31 DE DEZEMBRO 2019	EXERCÍCIO FINDO 31 DE DEZEMBRO 2018
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
LUCRO LÍQUIDO	1.675	7.204	2.814
Ajustado por:			
Desvalorização de Outros Valores e Bens	-	446	508
Depreciações e Amortizações	1.213	2.430	2.418
Provisão para Perdas c/Operações de Crédito	2.200	3.007	4.217
Reversão de Provisão Passivo Contingente	66	66	33
Ajuste Efeito Líquido JCP	(4.500)	(4.500)	(1.502)
<b>LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO</b>	<b>654</b>	<b>8.653</b>	<b>8.488</b>
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES</b>	<b>(3.811)</b>	<b>(4.893)</b>	<b>(11.670)</b>
Redução (aumento) em Títulos Valores Mobiliários	61.127	71.131	3.101
Redução (aumento) em Operações de Crédito	(77.965)	(90.621)	(6.745)
Redução (aumento) em Outros Créditos	5.595	2.914	2.721
Redução (aumento) em instrumentos financeiros derivativos	(9)	1	(1)
Redução (aumento) em Outros Valores e Bens	44	240	1.322
(Redução) aumento em Outras Obrigações	7.397	11.442	(11.822)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	(247)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(3.157)</b>	<b>3.761</b>	<b>(3.183)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>			
Aquisição de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	(60)	(71)	(109)
Baixa de Imobilizados	(1)	(1)	(0)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(61)</b>	<b>(72)</b>	<b>(109)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Aumento (Redução) em Obrigações p/Empréstimos e Repasses	3.250	(3.655)	(6.747)
Aumento de Capital com Renúncia de Dividendos – JCP	-	-	10.000
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>3.250</b>	<b>(3.655)</b>	<b>3.253</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA OU EQUIVALENTE A CAIXA</b>	<b>32</b>	<b>33</b>	<b>(39)</b>
<b>MODIFICAÇÃO DO CAIXA OU EQUIVALENTE DE CAIXA</b>			
Caixa ou Equivalente a Caixa Início Período	6	5	44
Caixa ou Equivalente a Caixa Final Período	38	38	5
<b>AUMENTO(REDUÇÃO) CAIXA OU EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>32</b>	<b>33</b>	<b>(39)</b>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

**Presidência:**  
Alexandre Rodrigues Pereira  
Presidente

**Diretoria**  
Valquíria Xavier Delmondes  
Diretoria de Controladoria, Risco e Compliance

**Contador**  
Tatiane Dutra Rosa Peres  
CRC/RJ 095.058/O-8 Cpf: 086.192.197-66

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em reais mil)

### NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - AgeRio é uma instituição financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, autorizada pela Lei Estadual nº 3.517 de 27 de dezembro de 2000, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 32.376 de 12 de dezembro de 2002 e constituída por meio da Ata de Assembleia de Constituição, realizada em 13 de dezembro de 2002. A Instituição iniciou suas atividades operacionais em 30 de setembro de 2003, quando teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil.

As operações da AgeRio são regulamentadas pela Resolução CMN n.º 2.828, de 30 de março de 2001, e alterações editadas pelo Banco Central do Brasil.

Em 6 de dezembro de 2004, com a publicação do Decreto Estadual nº 36.703/04, a Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. teve ampliada sua autonomia na gestão administrativa, financeira e operacional, assim como de seus recursos, com vistas à efetiva consecução de seus objetivos sociais.

A Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. – AgeRio, empresa vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais, tem por finalidade contribuir para a consecução da política de apoio financeiro a empreendimentos geradores de emprego, renda ou incremento da atividade produtiva nos setores industrial, turístico, de agricultura, inclusive, familiar individual e coletiva, de comércio e de serviços, implantados ou que venham a se implantar no Estado do Rio de Janeiro.

Além da concessão de financiamento com recursos próprios e de repasses de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e da Financiadora de Estudos e Pesquisa – FINEP, e do FUNGETUR, atua como Agente Financeiro do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES e administradora do Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses – FREMF e do Fundo Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado para Empreendedores – FEMPO. Apóia, também, investimentos no Estado através da participação acionária indireta.

### NOTA 2 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

#### 2.1 Declaração de conformidade e base de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas com o propósito específico de atender às determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil por meio das Resoluções CMN n.º 4.280, de 31.10.2013, CMN n.º 4.517, de 24.08.2016, e da Circular Bacen n.º 3.701, de 13.03.2014, que determinam o escopo de consolidação, restringindo-se às instituições

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Em reais mil)**

financeiras e assemelhadas, não devendo assim serem confundidas com o conjunto de demonstrações contábeis consolidadas para fins gerais “Demonstrações Contábeis Consolidadas Societárias”, as quais foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do CMN, do Bacen e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

Essas demonstrações contábeis consolidadas contemplam as operações da AGERIO e do fundo de investimentos financeiros do qual a empresa do Conglomerado é única beneficiária e detentora das principais obrigações (FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA AGERIO RENDA FIXA).

As cotas deste fundo de investimento são custodiadas pela Caixa Econômica Federal. A aplicação é feita em fundo exclusivo, destinado à AgeRio, e sua carteira é composta integralmente por títulos públicos federais indexados às taxas de juros prefixadas, pós-fixadas (SELIC/CDI) e/ou índices de preços.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:

	<b>Pronunciamento Técnico</b>	<b>Data da Divulgação</b>	<b>IASB</b>	<b>BACEN Resolução CMN</b>
CPC 00 (R1)	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil Financeiro	15/12/11	Framework	4.144/12
CPC 01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	07/10/10	IAS 36	3.566/08
CPC 02 (R2)	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	07/10/10	IAS 21	4.524/16
CPC 03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	07/10/10	IAS 7	3.604/08
CPC 04 (R1)	Ativo Intangível	02/12/10	IAS 38	4.534/16
CPC 05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas	07/10/10	IAS 24	3.750/09
CPC 10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	16/12/10	IFRS 2	3.989/11
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	16/09/09	IAS 8	4.007/11
CPC 24	Evento Subsequente	16/09/09	IAS 10	3.973/11
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	16/09/09	IAS 37	3.823/09
CPC 27	Ativo Imobilizado	31/07/09	IAS 16	4.535/16

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Em reais mil)**

CPC 33 (R1)	Benefícios a Empregados	13/12/12	IAS 19	4.424/15
-------------	-------------------------	----------	--------	----------

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a AgeRio como entidade controladora consolidou suas demonstrações financeiras com as do fundo de investimento exclusivo, somando os saldos de itens de mesma natureza, e eliminando o efeito de eventuais transações entre as entidades envolvidas. As demonstrações consolidadas foram elaboradas utilizando-se políticas contábeis uniformes para transações e eventos similares.

A AgeRio possui participação de 100% no “Fundo de Investimento Caixa AgeRio Renda Fixa”, cujo patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 203.826 e em 2018 R\$ 258.961 e o resultado do exercício é de R\$ 15.545 e em 2018 R\$ 16.098.

Em 9 de março de 2020, a Diretoria Executiva aprovou a conclusão das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

## 2.2 Moeda funcional

A moeda funcional da instituição é o real. As demonstrações contábeis estão apresentadas nesta moeda e expressas em milhares de reais, excluídos os centavos, exceto quando indicado de outra forma.

## NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

### a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

### b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis, faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Assim, as Demonstrações Contábeis da Instituição contemplam estimativas referentes à seleção da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para passivos contingentes e às Provisões para Perdas com Operações de Créditos, sendo estas últimas calculadas conforme normas específicas do Banco Central e provisões adicionais, em montantes definidos pela administração com base em eventos que possam ocorrer no futuro e que venham a comprometer a liquidez da carteira de crédito. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Instituição revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

---

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Em reais mil)**

**c) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional – CMN incluem caixa e depósitos bancários.

**d) Títulos e Valores Mobiliários**

São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais são reconhecidos no resultado do exercício. Os títulos são para negociação imediata e/ou mantidos até o vencimento. A Circular n.º 3.068/01 – BACEN que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às agências de fomento.

A AgeRio vem investindo em Fundos de Investimentos em Participações (FIP) no setor de biotecnologia e tecnologia da Informação, tendo em vista seus objetivos estatutários e sociais, cujo reconhecimento dos rendimentos auferidos, inclusive os apurados conforme Instrução CVM nº 579/2016, tem como contrapartida o resultado da AgeRio.

**e) Instrumentos Financeiros Derivativos**

De acordo com a Instrução CVM nº 577 de 07 de julho de 2016 e regulamentações posteriores, as operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas da seguinte forma:

I. Na data da operação

Os instrumentos financeiros derivativos são registrados em contas de ativo ou passivo de acordo com as características do contrato.

II. Diariamente

Ajustados pelo valor de mercado dessas operações, sendo os seus ganhos e perdas reconhecidos no resultado, nas rubricas “Ganhos com derivativos” e “Perdas com derivativos”.

**f) Operações de crédito e provisão para perdas em operações de crédito**

**f.1) Operações de crédito**

As operações de crédito estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos. Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

---

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Em reais mil)**

Todas as operações de crédito estão classificadas observando os parâmetros estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 2.682/99 e 2.697/00, a qual requer a análise periódica da carteira e de sua classificação em níveis de riscos, variando de “AA” (risco mínimo) a “H” (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

**f.2) Provisão para perdas em operações de crédito**

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 e complementada por provisão adicional conforme descrito na nota 5.

**f.3) Renegociação**

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível “H”. Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

**g) Outros Valores e Bens**

Compostos por Bens Não Destinados ao Uso, correspondentes a imóveis ou equipamentos disponíveis para venda, recebidos em dação em pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil do crédito e o valor da avaliação do bem; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

**h) Ativo Permanente**

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e/ou construção, ajustado pela depreciação/amortização acumuladas, conforme taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimado e prazo de contrato de cessão de uso.

O Ativo Intangível está representado por gastos na aquisição de licenças de uso de softwares para: Gestão de Recursos Humanos, Processamento de Dados e Gestão Financeira, que são amortizados de acordo com o prazo de concessão de uso, conforme contrato de prestação de serviço com as empresas fornecedoras e por gastos com pessoal, alocados na implantação dos respectivos sistemas.

**i) Demais ativos e passivos**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em reais mil)

São demonstrados pelo custo e acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Realizável e do Passivo Exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Os demais ativos e passivos são apresentados pelos valores de realização ou liquidação na data do balanço.

### **j) Avaliação do valor recuperável (*Impairment*)**

Os Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência, se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores em relação ao mercado ou uso. A AgeRio desenvolveu programa de testes de recuperabilidade como determinado pelas normas contábeis vigentes.

### **k) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**

A Instituição adota a sistemática de apuração do Imposto de Renda pelo Lucro Real Anual com antecipações mensais por estimativa, utilizando alíquota determinada de 15% e adicional de 10%.

A parcela correspondente à Contribuição Social foi calculada à alíquota de 15% nos termos da legislação fiscal em vigor, tendo como base o Art. 1º, Inciso I, da Instrução Normativa da RFB nº 1591 de 05 de novembro de 2015.

### **l) Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS**

As contribuições para o PIS/PASEP e COFINS foram calculadas à alíquota de 0,65% e 4%, respectivamente, e são apuradas pelo regime cumulativo. Com a publicação da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, as Agências de Fomento passaram a ter o mesmo tratamento tributário dos Bancos de Investimentos.

### **m) Passivos contingentes**

Os passivos contingentes são avaliados e reconhecidos com base em parecer da Diretoria Jurídica sobre os prováveis riscos de perdas de uma ação judicial ou administrativa. São constituídas provisões de 100% para processos classificados como Perda Provável, cujos valores de perda possam ser determinados ou estimados. Para os processos classificados como de Perda Possível, os quais não requerem constituição de provisão, foi realizada somente divulgação em notas explicativas. Para processos classificados como Perda Remota, não efetuamos provisões ou divulgação. Os valores decorrentes desta prática estão demonstrados na nota 11 – “c2”.

A Instituição segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, emitida pelo Banco Central do Brasil, referente aos procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Em reais mil)**

**m) Créditos tributários**

Com base no histórico de operação da Instituição, não foram constituídos créditos tributários oriundos de diferenças temporais e de prejuízos fiscais. Os créditos tributários e os impostos diferidos sobre eventos temporários não foram reconhecidos contabilmente nas demonstrações contábeis da AgeRio uma vez que ainda não foram estabelecidas projeções de resultados futuros que atendam a todos os requisitos da legislação em vigor (Resolução CMN nº 3.059) e que demonstrem a realização futura destes.

**NOTA 4 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários apresenta saldo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, conforme quadro abaixo:

<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>	<b>12/2019</b>	<b>12/2018</b>
I – Curto Prazo	226.125	27.181
Cotas de Fundos de Investimentos (i)	13.917	1.381
Letras do Tesouro Nacional	201.728	25.799
LFT – Carteira Própria	10.472	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	9	1
II – Longo Prazo	83.735	353.810
Notas do Tesouro Nacional	-	230.626
LFT – Carteira Própria	48.693	95.941
Vinculados à Prestação de Garantias	523	494
Cotas de Fundos em Participações (ii)	34.109	26.448
Cotas de Fundos Garantidores (iii)	410	301
<b>Total de Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>309.860</b>	<b>380.991</b>

- (i) As Cotas do Fundo de Investimentos são compostas por Fundos de Investimento em Renda Fixa no Banco Bradesco. O Fundo exclusivo no Banco Bradesco destina-se exclusivamente aos poderes do Governo do Estado do Rio de Janeiro, suas autarquias e empresas controladas (sociedades de economia mista), sendo a AgeRio um dos cotistas. Esse Fundo acompanha as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários (CDI), composto por cotas de Fundos Referenciados DI, cuja carteira é composta por títulos de emissão do Tesouro Nacional, bem como créditos securitizados pelo Tesouro Nacional ou operações compromissadas lastreadas nesses títulos.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Em reais mil)**

- (ii) As aplicações em cotas de Fundos em Participações, que totalizam R\$ 34.109 em 2019 (R\$ 26.749 em 2018), são investimentos que visam atender o objeto social da AGÊNCIA, sendo mais uma das modalidades de apoio financeiro para as empresas do Estado do Rio de Janeiro. A Instrução nº 578, de 30 de agosto de 2016, emitida pela CMN, consolidou em um único tipo de Fundo (FIP - Fundo de Investimento em Participações) diversas categorias de Fundos anteriormente existentes, vide composição a seguir:

Fundo	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Valor Atualizado/Contábil
BBI	R\$ 10.000	R\$ 9.600	R\$ 23.911
Performa Key	R\$ 5.000	R\$ 4.218	R\$ 3.983
NascenTI	R\$ 2.000	R\$ 2.000	R\$ 2.514
Funcine	R\$ 2.000	R\$ 2.000	R\$ 1.051
Br Startups	R\$ 3.000	R\$ 3.000	R\$ 2.650
<b>Total (ii)</b>	<b>R\$ 22.000</b>	<b>R\$ 20.818</b>	<b>R\$ 34.109</b>

- (iii) As Cotas dos Fundos Garantidores de Operações de Créditos, correspondem a R\$ 410 mil em dezembro de 2019 (R\$ 301 mil em 2018).

Fundo	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Valor Atualizado/Contábil
FGI	R\$ 45	R\$ 45	R\$ 78
FGO	R\$ 140	R\$ 140	R\$ 332
<b>Total (iii)</b>	<b>R\$ 146</b>	<b>R\$ 146</b>	<b>R\$ 410</b>

**NOTA 5 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

Em conformidade com a Res. CMN nº 2.682/99, as operações de crédito da AgeRio são classificadas por meio de avaliação de risco de crédito, com critérios consistentes e verificáveis, que contemplam aspectos em relação ao tomador e a operação.

**a) Classificação das operações de crédito em ordem crescente de risco**

Classificação de Risco	Total das Operações 2019	Provisão %	Valor da Provisão Resolução n.º 2682/99	Provisão Adicional	Valor da Provisão 2019 Resolução n.º 2682/99 + Adicional	Total das Operações 2018	Valor da Provisão 2018
AA		-				-	-
A	64.874	0,5	324	0	324	14.918	75
B	86.933	1	874	0	863	56.872	595
C	68.644	3	2.059	990	3.049	59.283	3.024

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Em reais mil)**

Classificação de Risco	Total das Operações 2019	Provisão %	Valor da Provisão Resolução n.º 2682/99	Provisão Adicional	Valor da Provisão 2019 Resolução n.º 2682/99 + Adicional	Total das Operações 2018	Valor da Provisão 2018
D	260	10	26	3	29	568	67
E	23	30	7	0	7	-	0
F	3.632	50	1.816	4	1.820	4.211	2.112
G	11.569	70	8.098	1.301	9.399	25.483	22.603
H	18.214	100	18.175	0	18.175	4.109	4.109
<b>TOTAL</b>	<b>254.150</b>		<b>31.379</b>	<b>2.298</b>	<b>33.678</b>	<b>165.444</b>	<b>32.585</b>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, mínima e adicional, obedece aos parâmetros estabelecidos na resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil, e é fundamentado em estudo da carteira, cenário econômico, e na qualidade, suficiência e liquidez das garantias.

**b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	2019	2018
Saldo no início do período	32.585	30.825
Constituição da provisão	5.161	4.689
Constituição da provisão adicional	19	2.545
Reversão de provisão	(1.960)	(3.281)
Créditos baixados para Prejuízo	(2.127)	(2.193)
<b>Saldo no fim do período</b>	<b>33.678</b>	<b>32.585</b>

**c) Classificação das operações de crédito e provisões quanto aos prazos de vencimentos**

Curto Prazo	2019	2018
Setor Privado	<b>51.860</b>	<b>38.264</b>
Recursos Próprios	32.634	20.479
Repasse	19.226	17.785
Setor Público	<b>4.682</b>	<b>5.149</b>
Recursos Próprios	4.566	4.951
Repasse	116	198
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	<b>(11.783)</b>	<b>(7.469)</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Em reais mil)**

<b>Saldo Final do Período</b>	<b>44.759</b>	<b>35.944</b>
-------------------------------	---------------	---------------

<b>Longo Prazo</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Setor Privado	<b>183.517</b>	<b>107.887</b>
Recursos Próprios	136.297	60.147
Repasse	47.220	47.740
Setor Público	<b>14.091</b>	<b>14.143</b>
Recursos Próprios	14.091	14.028
Repasse	0	115
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	<b>(21.895)</b>	<b>(25.116)</b>
<b>Saldo Final do Período</b>	<b>175.713</b>	<b>96.914</b>

**d) Classificação da carteira por vencimento parcelas**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Vencidas</b>	<b>3.410</b>	<b>1.346</b>
Até 60 dias	872	942
De 60 dias a 180 dias	1.243	306
Acima de 180 dias	1.295	98

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Vincendas</b>	<b>250.739</b>	<b>164.098</b>
Até 180 dias	25.268	19.126
De 181 a 360 dias	27.863	22.942
Acima de 360 dias	197.608	122.030

**e) Classificação das operações de crédito por setor de atividade**

<b>Setor de atividade</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Administração pública	15.443	19.293
Alimentos e Bebidas	21.109	19.316
Comércio	45.129	20.679
Construção e Imobiliário	8.560	5.889
Educação, Saúde e outros	20.886	18.769
Máquinas e equipamentos	2.582	3.925
Mineração	1.631	4.743
Químico e Petroquímico	4.408	3.731
Serviços Privados	35.370	25.225
Telecomunicações	18.756	20.150
Outros	80.275	23.724
<b>Total</b>	<b>254.149</b>	<b>165.444</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Em reais mil)**

**NOTA 6 – OUTROS CRÉDITOS**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Impostos e Contribuições a Compensar	1.386	1.387
Adiantamentos e Antecipações	162	169
Devedores por depósito em garantia	80	80
Conta transitória de financiamento	2.555	5.280
Diversos	42	223
<b>Total</b>	<b>4.225</b>	<b>7.139</b>

O saldo de R\$ 2.555 mil da Conta transitória de financiamento possui caráter transitório ou temporário e refere-se a recebimentos ocorridos no final do mês a classificar no mês seguinte.

**NOTA 7 – BENS NÃO DE USO PRÓPRIO**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Bens não de uso próprio	28.729	29.029
<i>Impairment</i> de Bens não de Uso	(6.664)	(6.218)

O valor de R\$ 28.729 mil se refere a imóveis originados de baixa de operações de crédito de curso anormal e de dação em pagamento para liquidação/amortização de dívida e recuperação de prejuízo. Foi realizada avaliação externa dos Bens não de uso em cumprimento às normas do Banco Central do Brasil e contábeis vigentes.

**NOTA 8 – IMOBILIZADO DE USO**

<b>BENS</b>	<b>Taxa de Depreciação</b>	<b>Saldo em 2019</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Saldo em 2018</b>
<b>IMOBILIZADO DE USO</b>		<b>3.281</b>	<b>(1.091)</b>	<b>-</b>	<b>4.372</b>
<b>Custo de aquisição</b>		<b>11.819</b>	<b>30</b>	<b>14</b>	<b>11.803</b>
Edificações	<b>8%</b>	8.865			8.865
Instalações	<b>10%</b>	6			6
Móveis e Equipamentos	<b>10%</b>	916	15	14	915
Sistemas de Comunicação	<b>10%</b>	48	11	-	37
Equip. de Proc. de Dados	<b>20%</b>	1.984	4	-	1.980
<b>Depreciação Acumulada</b>		<b>(8.538)</b>	<b>(1.121)</b>	<b>14</b>	<b>(7.431)</b>

A taxa de depreciação fixada para “Edificações” corresponde à metade da vida útil admissível para o bem adquirido novo.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Em reais mil)**

Em 31 de Dezembro de 2019, a AgeRio possui cobertura de seguros para os Bens do Ativo Imobilizado em montantes considerados suficientes pela administração, no caso de eventuais riscos e sinistros.

A administração realizou a avaliação interna e não foram identificados indícios de desvalorização nos bens que compõem o Ativo Imobilizado da AgeRio.

**NOTA 9 – INTANGÍVEL**

BENS	Saldo em 2019	Adições	Transferência	Saldo em 2018
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>	<b>8.027</b>	<b>(1.269)</b>	-	<b>9.296</b>
<b>Custo de aquisição</b>	<b>14.272</b>	<b>41</b>	-	<b>14.231</b>
<b>Licenças Antes de 01/10/2013</b>	<b>126</b>	-	-	<b>126</b>
Licença Uso Software – Informática	126	-	-	126
<b>Licenças A Partir de 01/10/2013</b>	<b>14.146</b>			<b>14.105</b>
Licença Uso Software – Temporário (i)	1.313	-	-	1.313
Licença Uso Software – Permanente (ii)	12.833	41	172	12.620
Licença Uso Software – Em Andamento (iii)	-	-	(172)	172
<b>Amortização Acumulada</b>	<b>(6.245)</b>	<b>(1.310)</b>	-	<b>(4.935)</b>

- (i) A rubrica Intangível “Licença Uso Software – Temporário” é composta pelo custo com a aquisição do software Gestão de Pessoas, por período determinado.
- (ii) A rubrica Intangível “Licença Uso Software – Permanente” é composta pelos custos com a aquisição dos softwares ERP – Gestão e Financeiro, software Gestão do Sistema de Crédito e os custos com a mão-de-obra interna utilizada para o desenvolvimento e colocação desses softwares em produção. A implantação foi iniciada ao longo do exercício de 2015 e concluída em 2017.
- (iii) A rubrica Intangível “Licença Uso Software – Em Andamento” é composta pelo custo com a aquisição de parte do software Gestão do Sistema de Crédito, que teve sua execução finalizada no 1º semestre/2019. Os softwares estão sendo amortizados pelo prazo de vida útil de 10 anos, conforme estudo técnico realizado pela área de tecnologia.

A administração realizou a avaliação interna e não foi identificado indícios de desvalorização nos bens que compõem o Ativo Intangível da AgeRio.

**NOTA 10 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES**

**a) As obrigações por empréstimos e repasses estão compostas da seguinte forma**

	2019	2018
<b>CURTO PRAZO</b>	<b>18.512</b>	<b>20.384</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Em reais mil)**

BNDES	6.023	9.177
Finame	1.489	2.529
FINEP	11.000	8.678
<b>LONGO PRAZO</b>	<b>47.123</b>	<b>48.906</b>
BNDES	5.772	11.653
Finame	1.670	3.157
FINEP	36.681	34.096

Correspondem a recursos originários de Instituições oficiais, os quais são repassados a mutuários finais. Essas obrigações têm vencimentos mensais, estando sujeitas, na sua maior parte, a encargos financeiros pós-fixados, sendo repassados aos clientes nos mesmos prazos, taxas e indexadores.

**b) Composição das obrigações por empréstimos e repasses por data de vencimento**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Até 180 dias	10.133	10.146
De 181 a 360 dias	8.380	10.238
Acima de 360 dias	47.123	48.907
<b>Vincendas</b>	<b>65.635</b>	<b>69.291</b>

**NOTA 11 – OUTRAS OBRIGAÇÕES**

**a) Sociais e Estatutárias**

<b>Dividendos e JCP</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Dividendos - Governo do Estado do RJ	2.484	773
JCP - Governo do Estado do RJ	4.716	1.927
<b>Total (i) e (ii)</b>	<b>7.200</b>	<b>2.700</b>

- (i) Em 09 de dezembro de 2019, a Assembleia Geral autorizou o aumento do capital social, no montante de R\$ 2.700 mil, relativos aos Dividendos e Juros Remuneratórios do Capital Próprio provisionado em dezembro de 2018, e encontra-se em homologação junto ao Banco Central do Brasil (BCB) para posterior registro na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA) e contabilização. No exercício de 2019 foi efetuada uma provisão no valor de R\$ 4.500 mil.
- (ii) Os Juros Remuneratórios do Capital Próprio são calculados e provisionados com observância dos procedimentos fundamentados no artigo nº 355 do

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Em reais mil)**

RIR/2018, nos artigos nºs 29 e 30 da IN SRF nº 11/1996 e nos artigos nºs 75 e 76 da IN RFB nº 1.700/2017.

**b) Fiscais e previdenciárias**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Impostos e Contribuições a recolher sobre faturamento	225	236
Impostos e Contribuições s/ Lucro (IRPJ + CSLL)	444	187
Impostos e Contribuições s/ serviço de terceiros	23	26
Impostos e Contribuições s/ salários	1.288	1.219
<b>Total</b>	<b>1.980</b>	<b>1.668</b>

**c) Diversas**

**c. 1) Provisões Para Pagamentos a Efetuar**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Provisão Para Despesas de Pessoal	3.976	3.625
Outras Despesas Administrativas	91	66
Outros Pagamentos	52	40
<b>Total</b>	<b>4.119</b>	<b>3.731</b>

**c. 2) Provisão Para Passivos Contingentes**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
FGI – Honra recebida	124	125
Passivos Trabalhistas	252	187
Contingências Cíveis	-	-
<b>Total</b>	<b>376</b>	<b>312</b>

A provisão para o FGI representa o valor das honras recebidas do referido fundo garantidor para cobertura de perdas com operações de crédito. O valor deve permanecer provisionado até que se esgotem todas as medidas administrativas e judiciais de cobrança.

A necessidade de Provisão de Contingências de natureza trabalhistas de R\$ 252 mil em 12/2019 foi avaliada conforme premissas estabelecidas sobre eventuais perdas com ações judiciais classificadas como perdas prováveis, com base na metodologia interna da Diretoria Jurídica da AgeRio.

A AgeRio configura em processos classificados como de Perda Possível, na esfera trabalhista e civil e, tendo em vista o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, homologado pela Resolução nº 3.823/09, a AgeRio estima o montante de R\$ 2.946 mil. No exercício de 12/2018, o valor estimado era de R\$ 3.100 mil.

**c. 3) Credores Diversos no País**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Em reais mil)**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Recursos do FEMPO	2	7
Repases - FUNDES / FREMF	6.864	5.982
Recursos do FUNGETUR	6.619	-
Diversos	873	2.118
<b>Total</b>	<b>14.358</b>	<b>8.107</b>
<b>Total Diversas</b>	<b>18.853</b>	<b>12.150</b>

Os valores registrados na rubrica de Credores Diversos no País, referem-se quase que na sua totalidade aos montantes recebidos pela AgeRio de financiados do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES para repasse no mês seguinte. Em 2019 a AgeRio tornou-se credenciada do FUNGETUR para a concessão de operações de crédito. Esse fundo é vinculado ao Ministério do Turismo e voltado para a melhoria da infraestrutura turística, fornecendo base para beneficiar cidades que desejam investir no setor.

**NOTA 12 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social é de R\$ 468.949 (quatrocentos e sessenta e oito milhões e novecentos e quarenta e nove mil reais) (R\$ 468.949 em 2018), representado por ações ordinárias nominativas, assim distribuídas:

Estado do Rio de Janeiro	170.866.736
Companhia Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro	13.653
<b>Total</b>	<b>170.880.389</b>

**b) Reserva de Lucros**

A Reserva Legal é constituída no percentual 5% do lucro líquido e limitada a 20% do valor do capital social. As outras Reservas de Lucros representam os lucros remanescentes após a constituição da reserva legal.

**NOTA 13 – DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO**

**a) Receita com a Intermediação Financeira**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Receita com Operações de Crédito	15.966	14.673
Receita com Títulos Públicos Federais	18.862	22.122
Receita com Fundos de Investimentos Renda Fixa	403	375

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Em reais mil)**

Resultado com Fundos em Empresas e Participações	7.530	725
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	85	(40)
<b>Total</b>	<b>42.846</b>	<b>37.855</b>

**b) Receita com a Prestação de Serviços**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Receita com a Administração de Fundos Estaduais	12.622	12.257
Receita com Tarifas	2.551	964
<b>Total</b>	<b>15.173</b>	<b>13.221</b>

**c) Despesa de Pessoal**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Proventos	16.485	15.673
Encargos Sociais	5.764	5.390
Honorários de diretores e conselheiros	1.918	1.646
Benefícios	4.948	4.302
Treinamentos	205	167
Estagiários	464	396
<b>Total</b>	<b>29.784</b>	<b>27.574</b>

**d) Outras Despesas Administrativas**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Despesa de Energia Elétrica	180	210
Despesa de Aluguéis	36	106
Despesa de Comunicação	171	162
Despesa de Manutenção e Cons. Bens	299	279
Despesa com Materiais	68	43
Despesa Processamento de Dados	1.950	2.170
Despesa Promoções e Relações	37	56
Despesa de Propaganda e Publicações	134	147
Despesa de Seguros	73	81
Despesa Serviços do Sistema Financeiro	118	81
Despesa com Serviço de Terceiros	800	499
Despesa Serviço de Vigilância	81	113
Despesa Serviço Técnico Especializado	175	272
Despesa de Transporte	173	186
Despesa com Viagens	120	113
Outras Despesas Administrativas	1.444	1.311
Despesa com Depreciação e Amortização	2.430	2.418
<b>Total</b>	<b>8.289</b>	<b>8.247</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Em reais mil)**

**e) Despesas Tributárias**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
ISS	380	293
COFINS	2.198	1.994
PIS	357	324
Outros Impostos e Taxas	158	130
<b>Total</b>	<b>3.093</b>	<b>2.741</b>

**NOTA 14 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participação de empregados	11.311	11.311	7.348	7.348
Participação nos lucros	490	490	474	474
Juros sobre o Capital Próprio	4.500	4.500	2.700	2.700
Resultado após participações	6.321	6.321	4.174	4.174
Adições	3.371	3.371	5.649	5.649
Exclusões	370	370	3.627	3.627
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>9.322</b>	<b>9.322</b>	<b>6.196</b>	<b>6.196</b>
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	446	446
Base I.R. e Contrib. Social	9.322	9.322	6.642	6.642
<b>IR - 25% e CSLL – 20% ( 2020) e 15% (2019)</b>	<b>2.219</b>	<b>1.398</b>	<b>1.534</b>	<b>1.328</b>
Ganho Tributário JCP	1.098	675	659	540

**NOTA 15 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

As operações em mercados de derivativos foram utilizadas pelo Fundo de Investimento Caixa AgeRio Renda Fixa com o objetivo adequar sua carteira à política de investimento do mesmo, até o limite das posições detidas à vista.

**NOTA 16 – SEGUROS**

SEGURO	VIGÊNCIA	VALOR MÁXIMO DE COBERTURA (R\$ Mil)
Bens patrimoniais móveis e imóveis	25/02/2019 a 25/02/2020	6.200
Responsabilidade civil dos Executivos	17/04/2019 a 17/04/2020	15.000

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Em reais mil)**

Em 31 de dezembro de 2019, a AgeRio mantinha apólices de seguro para cobertura dos Bens do Ativo Fixo em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos.

**NOTA 17 – LIMITES OPERACIONAIS**

A parcela relativa às exposições ao risco de crédito é calculada de acordo com a Abordagem Padronizada do Banco Central do Brasil, em conformidade com a Circular nº 3.644/13. A exposição ao risco operacional é calculada de acordo com abordagem do indicador básico, conforme Circular nº 3.640/2013.

A AGERIO não possui operações em carteira de negociação e monitora as exposições referentes ao risco de mercado (parcela RWAMPAD) por meio de abordagem padronizada.

A metodologia utilizada para cálculo do risco da variação de taxas de juros de operações da carteira de não negociação (RBAN) é o VaR paramétrico, com 95% de segurança e intervalo para um dia.

Os valores referentes à alocação de capital para as exposições a risco da AGERIO se encontram devidamente enquadrados nos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente, conforme tabela a seguir.

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Patrimônio de Referência (PR)	468.462	462.797
Capital Destacado para Operações com o Setor Público	44.535	44.535
PR para Limite de Compatibilização com o RWA	423.927	418.262
RWA - Ativos Ponderados pelo Risco	445.973	582.131
- RWA <sub>CPAD</sub>	302.707	452.384
- RWA <sub>OPAD</sub>	143.267	129.746
- RWA <sub>MPAD</sub>	0	0
RBAN	154	627
Limite para Imobilização (LI)	211.964	209.131
Situação para Limite de Imobilização	3.281	4.372
Índice de Imobilização (II)	0,77%	1,05%
Índice de Basileia (IB)	95,06%	71,85%
IB Amplo	N/A	70,96%

**NOTA 18 – GERENCIAMENTO DE RISCOS**

A estrutura de gerenciamento de riscos da AgeRio considera os princípios básicos aplicados a gestão de riscos, as recomendações dos supervisores, reguladores e as práticas de mercado e compreende a existência de normas, sistemas, rotinas e procedimentos que permitem identificar, mensurar, controlar, mitigar e reportar a exposição aos riscos de forma contínua e integrada.

---

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Em reais mil)**

O gerenciamento de risco possui governança própria, segregada das unidades de negócios e de auditoria interna, e é liderado por um diretor estatutário designado para responder pelo controle interno, conformidade e riscos da instituição. A Política de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos está alinhada aos objetivos estatutários e estratégicos e define regras de atuação que dão suporte à execução de todas as atividades da AGÊNCIA e estão acessíveis a todos os administradores, empregados e colaboradores, conforme suas responsabilidades e atribuições.

Os riscos associados às atividades da AGÊNCIA são definidos na RAS e compreendem os riscos: risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, risco operacional e risco reputacional.

**a) Risco de Crédito**

O risco de crédito está associado, principalmente, à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

**b) Risco de Mercado**

A AGERIO não possui operações classificadas na carteira de negociação. As operações da AGERIO expostas ao risco de mercado estão classificadas na carteira de não negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até o vencimento.

**c) Risco de Liquidez**

O risco de liquidez está associado à possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, bem como a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição.

**d) Risco Operacional**

O risco operacional está associado à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, inclusive o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição.

**e) Risco Reputacional**

O risco reputacional considera impactos advindos do risco de imagem, decorrente de publicidade negativa, verdadeira ou não, ou a eventos relevantes vinculados a outro tipo de risco, com possibilidade de perdas decorrentes do desgaste do nome da entidade em relação a clientes, empregados, contrapartes, acionistas, investidores ou supervisores.

**NOTA 19 – POLÍTICA DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO E OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES**

---

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Em reais mil)**

A AgeRio possui políticas de atuação, normas e procedimentos operacionais que norteiam as ações da AgeRio a fim de prevenir e evitar que a instituição seja utilizada como instrumento para prática de lavagem de dinheiro e/ou ocultação de bens, direitos e valores.

As ações de prevenção e combate à lavagem de dinheiro são apoiadas e acompanhadas pela Alta Administração da AgeRio, que avalia os procedimentos adotados pela unidade responsável pelo controle interno e *compliance*.

Dentre as ações realizadas no âmbito da prevenção à PLD está o processo de Conheça seu Cliente, Conheça seu Empregado, Conheça se Fornecedor e análise de novos produtos e serviços.

Adicionalmente, a AgeRio possui um Portal de Prevenção à PLD em sua rede corporativa, disponibilizando a todos os empregados os principais normativos internos estratégicos e operacionais sobre prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, bem como legislação de entidades regulatórias e de controle.

A AgeRio promove treinamentos, capacitações e certificações sobre prevenção à lavagem de dinheiro, contribuindo para a manutenção da cultura de controle da instituição.

**NOTA 20 – PARTES RELACIONADAS**

O Governo do Estado do Rio de Janeiro: Acionista majoritário conforme explanado na nota explicativa número 12.

Companhia Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro – CODIN: Acionista minoritário conforme explanado na nota explicativa número 12.

A remuneração com os administradores no ano de 2019, formado pelo Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, incluindo os respectivos encargos sociais, totalizou a importância de R\$ 1.917 mil (R\$ 1.646 mil na data base de 31 de dezembro de 2018).

**NOTA 21 – PRESSUPOSTO DE CONTINUIDADE**

A Administração da AGÊNCIA possui um grau de governança que assegura o pressuposto da Continuidade Operacional da instituição. Esta governança está apoiada em uma estrutura consolidada de normas e procedimentos que, amparados em regulamentação específica do Banco Central do Brasil, norteiam o processo de concessão e acompanhamento do crédito.

A AgeRio possui uma estrutura de governança com alçadas definidas pelo Conselho de Administração e do ponto de vista prospectivo, realiza seu planejamento de médio e longo prazos com base em indicadores de cenário econômico, do mercado de crédito e em aspectos operacionais para a fixação de suas metas de negócios

---

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Em reais mil)**

De acordo com a base contábil de continuidade operacional, as demonstrações contábeis da AGÊNCIA são elaboradas com base no pressuposto de que a entidade está operando e continuará a operar em futuro previsível. Confirmamos que não temos conhecimento de incertezas significativas relacionadas com eventos ou condições que possam gerar dúvidas sobre a capacidade de a Empresa continuar em operação.

**NOTA 22 – EVENTO SUBSEQUENTE**

A Administração da AgeRio tem acompanhado atentamente os impactos do COVID-19 pelo mundo e empenha os melhores esforços para prover informações que espelhem a realidade econômica da Agência.

Os possíveis impactos identificados por seus administradores deverão ser mitigados em razão do exposto a seguir:

a) A eventual elevação da inadimplência da carteira de crédito da AgeRio está contemplada no âmbito do Plano de Medidas Contingenciais para instituições financeiras, que tem como base a Resolução do BACEN nº 4.782 de 16 de março de 2020, e

b) Variações no valor dos investimentos da AgeRio: cabe destacar que a Agência não possui aplicações financeiras em Fundos de Investimentos Multimercado, sendo as suas aplicações em Fundos de Investimentos lastreados por Títulos Públicos Federais. Sobre as aplicações em Fundos de Participações (FIPs), em nenhum dos investimentos há a presença de empresas de capital aberto. Assim, o valor dos investimentos da AgeRio não deverá ser diretamente impactado pelas bruscas oscilações observadas no mercado de capitais em decorrência do COVID 19.

**Tatiane Dutra Rosa Peres**  
Contadora – CRC/RJ 095.058/O-8  
CPF: 086.192.197-66

**Valquíria Xavier Delmondes**  
Diretora de Controladoria e Risco

**Alexandre Rodrigues Pereira**  
Presidente

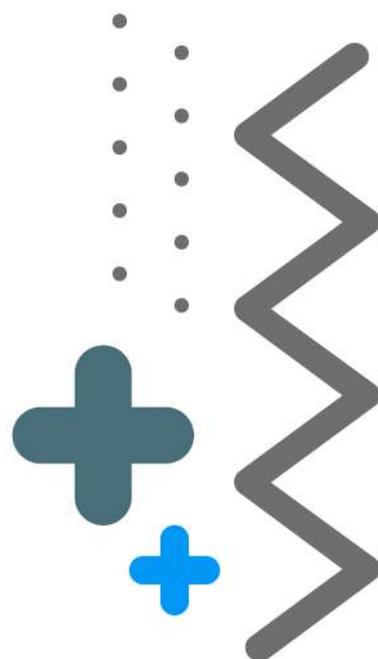
# RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

(RE Comitê de Auditoria 04/2020)

Exercício de 2019



[www.agerio.com.br](http://www.agerio.com.br)



**1 INTRODUÇÃO: 1.1 Constituição e Regulamentação do Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. – AgeRio foi instituído em atendimento à Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, ao Decreto Estadual nº 46.188, de 06 de dezembro de 2017, e à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.198, de 27 de maio de 2004, e segue as disposições contidas no Estatuto Social da AGÊNCIA e Regimento Interno do colegiado. **1.2 Principais atribuições do Comitê de Auditoria:** Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no que se refere ao exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização, de modo a avaliar as práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras/contábeis, as atividades de auditorias interna e independente e controle interno, a eficácia do sistema de controle interno e de gerenciamento de risco, assim como o cumprimento das recomendações formuladas pelos órgãos de controle interno e externo. **1.3 Composição:** Conforme disposto no art. 35 do Estatuto Social da AGÊNCIA, o Comitê de Auditoria, com funcionamento permanente e funções indelegáveis, é composto por 3 (três) membros, em sua maioria independentes, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, não coincidente para cada membro, permitida uma reeleição. Atualmente, o comitê é composto pelos seguintes membros: Sr. Flavio Correia Santos e sendo presidido pela Sra. Carla Christina Fernandes Pinheiro, sendo também membro do Conselho de Administração da AGÊNCIA. Todos exercendo o primeiro mandato e com experiência profissional e/ou formação acadêmica compatível com o cargo. **2 ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019:** O Comitê de Auditoria reuniu-se 6 (seis) vezes no segundo semestre de 2019, realizando sessões de debates, análises e esclarecimentos. Essas reuniões envolveram Diretores, Superintendentes, Gerentes Executivos e Auditor Interno. **3 RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS:** No segundo semestre de 2019 não foram apresentadas recomendações. **4 AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO:** Verifica-se que o Sistema de Controle Interno da AgeRio está em constante aperfeiçoamento, sendo capaz de identificar fatores adversos relevantes, o que vem permitindo a adoção de medidas preventivas e corretivas pela Administração. O Sistema de Controle Interno adotado pela AgeRio é estruturado por meio de políticas, normativos, cultura organizacional e de padrões éticos e de integridade promovidos pela AGÊNCIA, permitindo, assim, a prestação de informações consistentes sobre os aspectos gerenciais, financeiros e operacionais, em conformidade com a regulamentação pertinente. **5 AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTE E INTERNA:** O Comitê de Auditoria tem à sua disposição o acesso direto à Auditoria Interna da AGÊNCIA e aos Auditores Independentes (por meio da Auditoria Interna) para discussão de atividades realizadas. Diante disso, foi avaliado pelo Comitê que a Auditoria Interna vem exercendo suas atribuições com satisfatória efetividade, observando o seu Plano Anual de Atividades (PLANAT), de forma independente, contínua e efetiva, dispondo de recursos suficientes e canais de comunicação eficazes. Quanto à Auditoria Independente, por sua vez, o Comitê avalia de forma plenamente satisfatória o volume e a qualidade das informações fornecidas por esta, não tendo sido verificadas situações que pudessem prejudicar a objetividade e a independência dos auditores externos, bem como a solidez e continuidade da AGÊNCIA. **6 AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** As práticas utilizadas na elaboração das Demonstrações Financeiras ocorreram em conformidade com a legislação societária aplicável e com as normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. Por fim, não foi verificada a existência de divergência entre a Administração da AGÊNCIA, os auditores independentes e este Comitê de Auditoria em relação às Demonstrações Financeiras apresentadas. **7 CONCLUSÕES:** O Comitê de Auditoria, em decorrência

das avaliações fundamentadas nas informações e nos relatórios recebidos da Diretoria Executiva (referentes, dentre outros, a análise mensal do balancete, gerenciamento de disponibilidades, de risco e gestão da carteira de crédito, execução do Plano Financeiro Orçamentário, demonstrativo de limites operacionais), da área de gestão do Controle Interno, Riscos e Compliance, da Auditoria Interna e da Auditoria Independente, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de suas atribuições, conclui que não foram identificadas situações que possam colocar em risco a continuidade da AGÊNCIA. Em assim sendo, o Comitê de Auditoria não tem nada a opor à aprovação das Demonstrações Financeiras e Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, ambas referentes ao exercício de 2019, com os consequentes encaminhamentos, em primeiro, ao Conselho de Administração e, em seguida, à Assembleia Geral.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2020.

**COMITÊ DE AUDITORIA:** Carla Christina Fernandes Pinheiro (Presidente) – Flavio Correia Santos (Membro).